



# LÍNGUA PORTUGUESA

1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. ....	1
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. ....	19
3 Domínio da ortografia oficial. ....	45
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. ....	62
4.2 Emprego de tempos e modos verbais. ....	78
5 Domínio da estrutura morfossintática do período. ....	92
5.1 Emprego das classes de palavras. ....	99
5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. ....	134
5.4 Emprego dos sinais de pontuação. ....	145
5.5 Concordância verbal e nominal. ....	153
5.6 Regência verbal e nominal. ....	169
5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. ....	180
5.8 Colocação dos pronomes átonos. ....	185
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto. ....	192
6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. ....	204
6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. ....	214
6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade. ....	214

## ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LEGISLAÇÃO

1 Ética, princípios e valores. ....	1
2 Ética e função pública. ....	3
3 Ética no setor público. 3.1 Decreto nº 1.171/1994 e suas alterações (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal). ....	6
4 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações. 4.1 Disposições gerais. 4.2 Atos de improbidade administrativa. ....	20
5 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (processo administrativo). ....	31
6 Lei nº 066/1993 e suas alterações: regime disciplinar (deveres e proibições, responsabilidades, penalidades). ....	51

## LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

1 Lei Complementar Estadual nº 0079/2013. ....	1
2 Lei Estadual nº 2.200/2017 e alterações posteriores. ....	51
3 Lei Estadual nº 0066/1993 e alterações posteriores. ....	93
4 Portaria nº 823/2020-GAB-PGJ/MP-AP, 18 de setembro de 2020 (Mapa Estratégico do Ministério Público do Estado do Amapá para o decênio 2020-2029). ....	129
5 Portaria nº 106/2021-GAB-PGJ/MP-AP, de 1º de fevereiro de 2021 (Matriz de competências do Ministério Público do Estado do Amapá). ....	130

# SUMÁRIO



# NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. ...	1
2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 2.2 Normas programáticas. ....	7
3 Direitos e garantias fundamentais. 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos. ....	14
4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. ....	57
5 Poder executivo. 5.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República. ....	101
6 Poder legislativo. 6.1 Estrutura. 6.2 Funcionamento e atribuições. 6.3 Processo legislativo. 6.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 6.5 Comissões parlamentares de inquérito. ....	114
7 Poder judiciário. 7.1 Disposições gerais. 7.2 Órgãos do poder judiciário. 7.2.1 Organização e competências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). 7.2.1.1 Composição e competências. ....	149
8 Funções essenciais à justiça. 8.1 Ministério Público. 8.2 Advocacia Pública. 8.3 Defensoria Pública. ....	172

# NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Estado, governo e administração pública. 1.1 Conceitos. ....	1
2 Direito administrativo. 2.1 Conceito. 2.2 Objeto. 2.3 Fontes. ....	12
3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2 Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação. 3.3 Decadência administrativa. ....	23
4 Agentes públicos. 4.1 Legislação pertinente. 4.1.1 Lei nº 8.112/1990. 4.1.2 Disposições constitucionais aplicáveis. 4.2 Disposições doutrinárias. 4.2.1 Conceito. 4.2.2 Espécies. 4.2.3 Cargo, emprego e função pública. 4.2.4 Provimento. 4.2.5 Vacância. 4.2.6 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. 4.2.7 Remuneração. 4.2.8 Direitos e deveres. 4.2.9 Responsabilidade. 4.2.10 Processo administrativo disciplinar. ....	43
5 Poderes da administração pública. 5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 5.2 Uso e abuso do poder. ....	117
6 Regime jurídico-administrativo. 6.1 Conceito. ....	131
6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. ....	134
7 Responsabilidade civil do Estado. 7.1 Evolução histórica. 7.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 7.3 Responsabilidade por omissão do Estado. 7.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 7.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 7.6 Reparação do dano. 7.7 Direito de regresso. ....	146
8 Serviços públicos. 8.1 Conceito. 8.2 Elementos constitutivos. 8.3 Formas de prestação e meios de execução. 8.4 Delegação: concessão, permissão e autorização. 8.5 Classificação. 8.6 Princípios. ....	160
9 Organização administrativa. 9.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 9.2 Administração direta e indireta. 9.3 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 9.4 Entidades paraestatais e terceiro setor: serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público. ....	178
10 Controle da administração pública. 10.1 Controle exercido pela administração pública. 10.2 Controle judicial. 10.3 Controle legislativo. ....	203
10.4 Improbidade administrativa: Lei nº 8.429/1992. ....	216
11 Processo administrativo. 11.1 Lei nº 9.784/1999. ....	226
12 Licitações e contratos administrativos. 12.1 Legislação pertinente. 12.1.1 Lei nº 8.666/1993. ....	246

# SUMÁRIO



12.1.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao preção. ....	321
12.1.3 Decreto nº 7.892/2013 e suas alterações (sistema de registro de preços). ....	328
12.1.4 Lei nº 12.462/2011 e suas alterações (Regime Diferenciado de Contratações Públicas); Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 424/2016 e suas alterações. .	340
12.2 Fundamentos constitucionais. ....	412

## ATUALIDADES

### [SOMENTE PARA A PROVA DISCURSIVA]

1 Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas .... 1

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1.1 Institucionalização do serviço social ao movimento de reconceituação na América Latina, em particular no Brasil. 1.2 Análise crítica das influências teórico-metodológicas e as formas de intervenção construídas pela profissão em seus distintos contextos históricos. ....	1
1.3 Redimensionamento da profissão ante as transformações societárias. 1.3.1 Condições e relações de trabalho, espaços sócio-ocupacionais, atribuições. ....	16
2 O projeto ético-político do serviço social. 2.1 Construção e desafios. ....	30
3 Fundamentos éticos, ética profissional e legislação específica. 3.1 Lei de regulamentação da profissão, código de ética profissional, diretrizes curriculares dos cursos de serviço social, resoluções do Conselho Federal de Serviço Social. ....	42
4 A dimensão investigativa, processos de planejamento e de intervenção profissional. 4.1 Formulação de projeto de intervenção profissional. 4.1.1 Aspectos teóricos e metodológicos. 4.2 Fundamentos, instrumentos e técnicas de pesquisa social. ....	42
4.3 O planejamento como processo técnico-político. 4.3.1 Concepção, operacionalização e avaliação de planos, programas e projetos. ....	76
4.4 Assessoria, consultoria e supervisão em serviço social. ....	96
5 A dimensão técnico-operativa do serviço social. 5.1 Concepções e debates sobre instrumentos e técnicas. ....	106
5.2 Entrevista, visita domiciliar, visita institucional, reunião, mobilização social, trabalho em rede, ação socioeducativa com indivíduos, grupos e família, abordagens individual e coletiva. ....	121
5.3 Estudo social, perícia social, relatório social, laudo social, parecer social. ....	159
5.4 Atuação em equipe multiprofissional e interdisciplinar. ....	164
6 Questão social e direitos de cidadania. 6.1 Formas de expressão, enfrentamento e serviço social. ....	177
7 Formas Alternativas de resolução de conflitos. ....	197
8 Política social. 8.1 Fundamentos, história e políticas. ....	205
8.2 Seguridade social no Brasil. 8.2.1 Relação Estado/sociedade; contexto atual e neoliberalismo. ....	215
8.3 Políticas de saúde, de assistência social e de previdência social. ....	230
8.4 Políticas sociais setoriais. 8.4.1 Educação, habitação, trabalho, políticas urbanas e rurais, meio ambiente e respectivas legislações. ....	230
8.5 Políticas e programas sociais dirigidas aos segmentos. 8.5.1 Crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres, homens, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas com transtorno mental, pessoas vítimas de violência, moradores de rua, usuários de álcool e outras drogas, portadores de HIV, e respectivas legislações. ....	259

# SUMÁRIO



8.6 Políticas, diretrizes, ações e desafios na área da família, da criança e do adolescente.	
8.6.1 Concepções e modalidades de família, estratégias de atendimento e acompanhamento.	<b>362</b>
8.6.2 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).	<b>378</b>
8.6.3 Defesa de direitos da criança e do adolescente. 8.6.4 O papel dos conselhos, dos centros de defesa e das delegacias.	<b>430</b>
8.6.5 Adoção e guarda.	<b>433</b>
8.6.6 Violência contra crianças e adolescentes. 8.6.7 Prostituição infanto-juvenil; exploração sexual no trabalho e no tráfico de drogas; turismo sexual. 8.6.8 Extermínio, sequestro e tráfico de crianças. 8.6.9 Meninos e meninas de rua. 8.6.10 Trabalho infanto-juvenil.	<b>443</b>
9 Legislação social. 9.1 Constituição Federativa do Brasil e leis da seguridade social.	<b>472</b>
9.1.1 Lei nº 8.212/1991 e suas alterações (Lei Orgânica da Seguridade Social);	<b>483</b>
Lei nº 8.080/1990 e suas alterações (Lei Orgânica da Saúde);	<b>513</b>
Lei nº 8.213/1991 e suas alterações (Planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências);	<b>530</b>
Lei nº 8.742/1993 e suas alterações (Lei Orgânica da Assistência Social) e suas alterações.	<b>566</b>
9.2 Legislação social para áreas/segmentos específicos. 9.2.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB);	<b>581</b>
Estatuto do Idoso;	<b>606</b>
Lei Maria da Penha;	<b>624</b>
Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH);	<b>636</b>
Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE);	<b>702</b>
Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD).	<b>723</b>
9.2.2 Normativas internacionais. 9.2.2.1 Declaração de Beijing,	<b>746</b>
Princípios Orientadores das Nações Unidas para a prevenção da Delinquência Juvenil (Princípios Orientadores de Riad),	<b>753</b>
Normas Mínimas para a Proteção de Adolescentes Privados de Liberdade,	<b>760</b>
Regras Mínimas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude.	<b>770</b>
10 Legislação profissional. 10.1 Lei nº 8.662/1993 e suas alterações (Lei de regulamentação da profissão de assistente social).	<b>770</b>
10.2 Resolução CFESS nº 273/1993 e suas alterações (Código de Ética Profissional do Assistente Social). 10.3 Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).	<b>776</b>
11 Lei nº 11.340/2006.	<b>785</b>
12 Lei nº 13.431/2017,	<b>785</b>
Resolução CNJ nº 299/2019 (Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei nº 13.431/2017).	<b>792</b>
13 Decreto nº 9.603/2018 que regulamenta a Lei nº 13.431/2017.	<b>797</b>
14 Lei nº 13.146/2015 e suas alterações (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).	<b>804</b>